

## **POR ENTRE ESTEREÓTIPOS E SILENCIAMENTOS: UMA ANÁLISE DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO PÓS-LEI 10.639/03.**

Jael Ferreira Leal Santos<sup>1</sup>  
Uerisleida Alencar Moreira<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O estudo buscou analisar as permanências e as rupturas na construção do livro didático a partir da Lei 10.639/03. Para tal, as informações dispostas nos livros didáticos foram confrontadas com a literatura pertinente. O estudo se propôs a trazer à tona a construção da imagem dos negros e das negras nos livros didáticos e entender que a história do povo é o ponto inicial para a construção de identidades. Através da análise das três obras didáticas percebeu que há um espaço temporal de vinte e dois anos, porém as construções narrativas em relação ao negro aparentaram permanecer as mesmas. Na análise do Livro 03 por ser uma obra recente em relação às outras apontou alguns elementos que não estão presentes nos livros 01 e 02, porém não traz abordagens que destacam a participação das populações negras nos tempos e nos espaços abordados, trazendo ainda uma visão do negro relacionada à escravidão. Neste sentido percebeu no presente estudo que ainda são bastante precárias as abordagens sobre a História da Cultura Afro-brasileira e Africana nos livros didáticos proposta na lei 10.639/03 e isto precisa ser urgentemente modificado, pois é preciso que incluam a participação dos negros e das negras durante toda a história do Brasil.

**Palavras chaves:** História da Cultura Afro-brasileira e Africana; Livro didático; Lei 10.639/03.

### **A LEI 10.639/03 E A INCLUSÃO DA HISTÓRIA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS.**

A inclusão da temática da História da Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica se deu a partir de um processo de lutas do povo negro, sendo, portanto, um passo para a visibilidade dos povos negros que por muito tempo não tiveram vez e nem voz dentro da historiografia dominante. Neste sentido, vale destacar que:

Um dos aspectos mais importantes a ser ressaltado quando tratamos da Lei 10.639/2003 é que ela não surgiu de uma hora para outra em nossas escolas. Ela é sim, fruto de um conjunto de demandas sociais, apresentadas sobretudo pelos movimentos negros existentes no Brasil desde o século XIX. (CONCEIÇÃO, 2010, p. 136).

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação Campus X. Email: (yjust@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Orientadora. (uerisleida@yahoo.com.br).



O Movimento Negro Unificado<sup>3</sup> atuou de forma sistemática e resistente em favor do povo negro e dos seus aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, este movimento foi de suma importância e a sua atuação contribuiu para mudanças na legislação brasileira, pois tinham como um dos principais focos a educação, pois ela possibilitaria a igualdade de oportunidade entre os negros e os brancos (AUGUSTO; TONIOSSO, 2015, p. 184).

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal no qual traz os seguintes artigos: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, Art. 210), “[...] o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1988, Art. 242, § 1º).

As Leis Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96 traz também uma nova “roupagem” para a educação com novas propostas tais como:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 1996, Art. 1º).

O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. (LDB, 1996, § 4º Art. 26).

As Diretrizes Curriculares Nacionais que instituem as diretrizes para o ensino fundamental, também trazem uma abertura para a temática.

As Escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas pela interação entre os processos de conhecimento com os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado; as diversas experiências de vida de alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações

---

<sup>3</sup>Movimento Social e político que teve três fases, na primeira fase no início da República que reunia varias associações, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação, numa tentativa de reverter o quadro de marginalização. Na Segunda fase surge com representantes em 10 estados da Federação e foi marcado pela promoção de debates na imprensa local, publicações em jornais próprios, e diversos serviços tais como: assistência jurídica, medica, alfabetização, voluntariado e participação em campanhas eleitorais. Na terceira fase com a ditadura militar fora enfraquecido, porém no processo de redemocratização devido as varias influencias externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado que trazia consigo a ideologia Marxista e reúne todas as instituições anti-racistas em escala nacional. O Movimento Negro sempre atuou na resistência contra o preconceito e a desigualdade social, visando o fortalecimento da identidade negra, tendo a educação como uma das principais pautas de suas reivindicações.



autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã. (PCN, 1998, Art. 3º, parágrafo III).

Todas estas propostas ainda eram muito frágeis era preciso, então, algo mais “elaborado” no sentido de dar conta de reparar todos os danos que as populações negras sofreram, uma tentativa de mostrar que o povo negro também tem história e esta tem que ser contada a partir de uma outra ótica não eurocêntrica.

A Lei 10.639 foi sancionada em Janeiro de 2003 pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, tornando obrigatória a inclusão do Ensino da História da Cultura Afro-brasileira e Africanos currículos dos estabelecimentos públicos e privados da educação básica, sendo então uma vitória das lutas do povo negro em favor da educação brasileira.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.(Lei 10.639, 2003, Art. 26-A).

O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.(Lei 10.639, 2003, § 1º Art. 1).

Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Lei 10.639, 2003, § 2º Art. 1).

O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. (Lei 10.639, 2003, Art. 79-B).

As novas propostas se tratam de alterações da LDB 9.394/96 que passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 26-A, 79-A e 79-B. A Lei 10.639/03 é regulamentada pelo Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de Março de 2004 e que foi homologado em 19 de maio de 2004, no qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Tais diretrizes se constituem em orientações em como a lei deve ser implementada e faz parte de um conjunto de ações afirmativas que devem ser assumidas pelo Governo Federal e por toda a sociedade. Estas ações afirmativas estão apresentadas nas diversas instâncias do Parecer CNE/CP 3/2004 e assumem um compromisso no reconhecimento do povo negro como constituinte da nação brasileira e no combate também ao racismo.

Neste sentido a proposta é uma tentativa de superar a desigualdade étnico racial que ainda é muito forte na educação brasileira, nos diferentes níveis de ensino que vai das séries iniciais do Ensino Fundamental I até o Ensino Médio.



## ANÁLISES DAS OBRAS DIDÁTICAS: A QUESTÃO DO NEGRO E AS (IN)VISIBILIDADES.

Para responder as questões propostas neste artigo, foi feita a análise de três obras: *História*, 7ª Série, de José Roberto Martins Ferreira da década de 1990 (Livro 01); *Historia Temática: Diversidade Cultural e Conceitos*, 6ª Serie, de Andrea Montellato / Conceição Cabrini / Roberto Catelli Junior, do início do ano 2000 (Livro 02); e também a obra *Jornadas. Hist*, 9º Ano, de Maria Luísa Vaz / Silvia Panazzo, de 2012 (Livro 03), pós Lei 10/639/03.

No Livro 01, observa-se que as abordagens que tratam sobre a América e o Brasil se dão a partir dos desdobramentos dos países europeus. No conteúdo de Brasil são abordadas várias questões ligadas à política e à economia, como o monopólio imposto por Portugal sobre o Brasil após a abertura dos portos para as nações “amigas”, a criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro e a independência do Brasil. Apesar de serem conteúdos considerados relevantes para a compreensão do Brasil no século XIX, não há nenhuma referência a participação política e econômica dos negros durante todo o processo colonial, na monarquia e posteriormente na República, o que denota a invisibilidade desta população.

As imagens utilizadas no livro mostram uma elite branca com semblantes felizes, os grandes heróis brancos e civilizados, em detrimento das imagens dos negros que retratam passividade e descontentamento, ou relacionado ao trabalho escravizado nas grandes fazendas ou nas cidades brasileiras.

Segundo Aguiar e Aguiar (2010), a invisibilidade deixa uma lacuna sobre a participação dos negros aumentando a visão de exclusão, de inferiorização e de negação destes povos. Também nega as suas histórias e suas visões de mundo, reforçando a discriminação e o preconceito em relação aos povos africanos e seus descendentes na diáspora. O livro 01 somente aborda algum assunto relacionado à participação dos negros quando vai se referir ao apoio deles junto a grupos, tais como revoltosos, ou quando vai se tratar de fugas, entretanto não há problematização dos motivos que resultavam nestas fugas. Na análise do livro 01, Ferreira (1990) traz a ideia de que os negros eram rebeldes porque não eram “civilizados” e sim selvagens.

Ao se abordar o tema do fim do tráfico negreiro, o Livro 01 traz a importância do negro em que Ferreira (1990) afirma que o café trouxe muita riqueza, mas os homens que realmente produziam tal riqueza continuavam na mesma situação de seus ancestrais trazidos da África, “Era o



trabalho dos escravos que fazia a riqueza dos fazendeiros, mas desta riqueza eles não participavam”. (FERREIRA, 1990, p. 157).

Ferreira (1990) fala dos negros como se eles não fossem capazes de se organizarem para participarem das lutas, em seguida discorre sobre as elites que nada fizeram para modificar a situação dos escravizados. Neste sentido, o autor ainda reproduz a ideia de passividade, no qual somente uma elite branca poderia ser capaz de mobilizar contra o trabalho escravo.

O livro 01 deixa em evidência que a abolição do trabalho cativo no Brasil se deu a partir das frentes de luta dos abolicionistas e do clamor popular, porém não explica quem eram os populares que participaram deste processo, ficando meio vaga a ideia de popular, ou eram populares civis da elite ou eram populares incluindo os negros, os pobres e as mulheres.

Em relação à situação do negro pós-abolição, Ferreira (1990) traz uma abordagem mostrando a situação de marginalização dos ex-escravizados e aponta que apesar de abolida a escravidão, nada foi feito para construir uma igualdade social, pois o negro continuou em uma situação de escravidão ideológica, consolidando o ideal de que os brancos eram superiores em detrimento dos negros, causa de preconceitos até os dias de hoje.

A partir da análise do livro 01 percebe-se que Ferreira (1990) faz uma abordagem sobre os negros no Brasil, porém reproduz estereótipo sem várias questões da história do negro, mostrando que os homens e as mulheres negros e negros não tiveram uma participação ativa nos processos de construção da História do Brasil e, quando estes sujeitos históricos aparecem, é somente ao se tratar sobre o tema da escravidão, visto como sujeitos passivos, que não tinham aptidões para lutar na política por mais representação na sociedade.

O Livro 02 traz algumas abordagens mais recentes numa tentativa de dar mais visibilidade às personagens e tem como tema principal a “diversidade cultural” e os “conflitos”. Possui várias abordagens sobre o processo de colonização americana e brasileira, porém em nenhuma delas traz aspectos que expõem a importância do negro o processo de colonização, fazendo com que o negro fique invisível num tempo de muitas mudanças.

Os autores do Livro 02, Junior; Cabrini; Montellato; (2000) abordam a presença do negro da história somente quando vão tratar de questões ligadas às relações entre as crianças livres e as escravizadas no período colonial, em que a criança negra se mostra fortemente influenciada pela criança branca.

O Livro 02 aborda em dois capítulos o trabalho cativo e a resistência negra. No primeiro



capítulo da unidade os autores desconstruem a ideia de escravidão somente negra e abordam vários tipos de escravidão em diferentes espaços e tempos históricos. Neste capítulo, as imagens dos negros estão ligadas ao trabalho servil, onde permaneciam em condições de subserviência, por ora trabalhando, por ora apanhando.

Junior; Cabrini; Montellato; (2000) abordam a questão da resistência, e que os africanos participaram ativamente da construção histórica da América e também do Brasil, através de seu trabalho e também da sua cultura e suas lutas por liberdade. É interessante observar que esta obra é anterior a Lei 10.639/03 e mesmo assim apresenta a importância do negro no processo histórico, também traz abordagens em formas de imagens no qual mostra a figura do negro resistindo através das suas danças, da sua religião, dos tambores, dando um sentido de movimento, revelando que não estavam estáticos numa busca constante de remodelamento.

O Livro 02 problematiza algumas questões mostrando fotos sobre os movimentos existentes que buscam evidenciar a importância de se trabalhar a história numa perspectiva anti-racial, trazem um pequeno histórico da África antes da colonização europeia e buscam desconstruir a ideia de que a África só tem história a partir da chegada dos europeus com o tráfico e o comércio de pessoas escravizadas.

Ao apresentar o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, apresentam alguns elementos culturais africanos que as pessoas escravizadas trouxeram consigo: suas crenças, suas culturas e seus costumes, oriundos de vários grupos étnicos da África, tão diversos e que se tornaram instrumentos de resistência contra o sistema escravagista existente no Brasil, junto com muitos outros elementos, tais como a criação de quilombos.

O Livro 02 se mostrou bastante interessante e trouxe uma proposta para além do que pediam os normativos. Apesar de apresentar os conteúdos a partir dos desfechos europeus e de haver muitas questões que ficaram de fora das abordagens postas no livro, é possível ter acesso, mesmo de maneira tímida a História da África e da cultura afro-brasileira, aspectos que caberá ao professor se preparar para a ampliação da discussão em sala de aula com o auxílio desta obra, mas não unicamente com a mesma.

O Livro 03 é uma produção bastante recente em relação às duas primeiras, um livro que foi publicado em 2012 e os conteúdos também se mostraram diferenciados. O Livro 03 foi metodologicamente escolhido por abordar especificamente conteúdos voltados para os séculos XX e XXI, tais como: liberalismo na Europa e nos Estados Unidos, as grandes guerras, o socialismo e



imperialismo na África, Ásia, América e do Brasil a partir da modernização e urbanização motivadas pelo crescente desenvolvimento industrial.

Observa-se que os autores do Livro 03, Vaz e Panazzo (2012), apontam eventos ligados a uma historiografia anexa aos grandes eventos nacionais reduzindo a possibilidade ao professor discutir aspectos regionais que foram influenciados naquele processo. Neste sentido são poucos os momentos que o livro 03 traz aspectos ligados a participação dos negros durante todos estes processos bem como a sua importância para a história e cultura do país durante o final do século XX e início do século XXI.

As poucas abordagens que o Livro 03 traz sobre a participação das populações negras é quando destacam quatro pequenos textos ligados a militância negra nos Estados Unidos e no Brasil. Através destes quatro textos complementares os autores Vaz e Panazzo (2012) buscam levar o aluno e o professor a fazer reflexões sobre as questões ligadas a ações afirmativas e movimentos voltados para a igualdade social, mas por outro lado, esperava-se da obra um tratamento diferenciado em relação à abordagem dos conteúdos programáticos e a inserção efetiva das populações negras nos tempos e nos espaços abordados pelo livro. O livro 03 ainda reproduz a ideia de invisibilidade, em toda a obra não há nenhuma referência aos afro-brasileiros no conteúdo de História do Brasil do século XX e XXI.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

A história da África e afro-brasileira na historiografia colonial foi negada e, quando foi contada se deu a partir do ponto de vista do colonizador. Da mesma maneira, a história do negro no Brasil passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada prevaleceu o ponto de vista do outro e de seus interesses. Neste sentido através das análises de três obras didáticas de História, se percebeu que muitos aspectos ainda precisam mudar, pois muito pouco tem sido feito nas produções para exteriorizar a participação do povo negro para além dos conteúdos relacionados à escravidão e a passividade.

Na análise descritiva das três obras percebeu-se que há um espaço temporal de vinte dois anos de uma obra para outra e as construções narrativas aparentam permanecer as mesmas. Nos três livros são abordadas as questões relacionadas à importância do negro e a sua participação, porém há pouca problematização. No livro 03 por ser uma obra mais recente em relação ao Livro 01 e 02, traz



alguns aspectos que não estão presentes nas demais estudadas neste trabalho, discussões atuais em relação aos movimentos sociais e as políticas voltadas para a erradicação do preconceito racial no Brasil. Porém estas discussões não estão presentes nos conteúdos, aparecem apenas como textos complementares e transversais, cabendo ao professor optar se vai discutir ou não tais questões. Isto precisa ser urgentemente mudado, pois os professores precisam de suporte didático e de formação voltada para o conteúdo, e os livros precisam incluir a participação dos negros durante toda a história do Brasil.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaina Couvo Teixeira; AGUIAR, Fernando José Ferreira. **Uma reflexão sobre o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana e a formação de professores em Sergipe**. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 7 | jan-jun de 2010.

AUGUSTO, Laís Santos; TONIOSSO, José Pedro. **A temática africana no ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1): 183-195, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

BRASIL. **LEI Nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília: Ministério da Educação. 1996.

BRASIL. **Parecer nº CNE/ CP 003/2004 de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira. **O trabalho em sala de aula com a história e a cultura afro-brasileira no ensino de história. História : ensino fundamental /** Coordenação Margarida Maria Dias de Oliveira . - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

FERREIRA, José Roberto Martins. **História :7ª Serie /** Martins. – São Paulo: FTD, 1990.